



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

2 Gestão Administrativa

2.1 Estrutura Administrativa do Poder Executivo

O quadro a seguir apresenta os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2016, consoante a Lei Estadual 15.452, de 15.01.2015.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
ÓRGÃOS	ENTIDADES
Governadoria do Estado	Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE Distrito Estadual de Fernando de Noronha
Vice – Governadoria	
Casa Militar	
Assessoria Especial ao Governador	
Procuradoria Geral do Estado	
Gabinete de Projetos Estratégicos	
Secretaria da Casa Civil	Companhia Editora de Pernambuco – CEPE
Secretaria da Fazenda	
Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária	Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco – ITERPE Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA.
Secretaria de Saúde	Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco – LAFEPE
Secretaria de Educação	
Secretaria de Administração	Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH-PE Agência Est. de Tecnologia da Informação – ATI Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE Pernambuco Participações e Investimentos S/A – PERPART
Secretaria de Planejamento e Gestão	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia – FACEPE Universidade de Pernambuco – UPE Empresa Pernambuco de Comunicação S/A - EPC



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
ÓRGÃOS	ENTIDADES
Secretaria de Defesa Social	
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco – IPEM
	Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC
	SUAPE Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros
	Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
	Porto do Recife S.A.
	Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS
	Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S/A – AD-DIPER
Porto Fluvial de Petrolina S/A	
Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer	Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos – EMPETUR
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	
Secretaria das Cidades	Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-PE
	Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM
	Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal – EPTI
	Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco – COPERTRENS
Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude	Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE
Secretaria de Cultura	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE
Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação	Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE
	Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S/A
Secretaria da Mulher	
Secretaria de Imprensa	
Secretaria da Controladoria Geral do Estado	
Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade	Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH
Secretaria de Transportes	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER
Secretaria de Habitação	Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB

Fonte: Lei Estadual 15.452/2015

2.2 Quadro de Pessoal do Poder Executivo

Ao final do exercício de 2016, o quadro de pessoal do Poder Executivo do Estado era composto por 89.811 servidores ocupantes de cargos efetivos, 22.533



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

temporários¹, 2.528 comissionados e 7.447 empregados públicos², conforme dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Administração.

A tabela a seguir evidencia o quantitativo de pessoal efetivo, comissionado, temporário e de empregados públicos do Poder Executivo em 31.12.2015 e 31.12.2014.

QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	Em 31.12.2016^a	Em 31.12.2015^b
1. Servidores Ocupantes de Cargos Efetivos	89.811	92.873
1.1 Lotados no órgão/entidade de origem	83.329	86.519
1.2 À disposição (= 1.21+1.2.2+1.2.3)	6.746	6.354
1.2.1 de órgão/entidade do Poder Executivo do Estado de PE*	4.351	3.952
1.2.2 de outros Poderes do Estado (incluindo TCE-PE e MPPE)	664	671
1.2.3 de outras esferas (União, demais Estados e Municípios)	1.731	1.731
2. Contratados Temporários	22.533	23.605
3. Servidores Comissionados	2.528	2.420
3.1. Com vínculo com órgão/entidade do Poder Executivo do Estado	264	247
3.2. Com outros vínculos (outros Poderes do Estado ou esferas)	88	104
3.3. Sem vínculo	2.176	2.069
4. Empregados Públicos	7.447	7.496

Fonte: ^a Ofício SAD nº 859/2017 – GSAD;

^b Ofício SAD nº 646/2016 –GSAD.

Diante desses dados, observa-se que:

1. Do total de 89.811 servidores efetivos, em 31.12.2016, 83.329 estavam lotados nos seus respectivos órgãos de origem. O restante (6.746) encontravam-se à disposição, dos quais, 1.731 estavam cedidos para outras esferas (União, demais Estados e Municípios);
2. O quantitativo de servidores efetivos em 31.12.2016 (89.811) frente ao quadro de efetivos em 31.12.2015 (92.873), apresentou redução de 3.062 servidores, correspondente a 3,30% do quadro existente ao final de 2015;
3. O quantitativo de temporários passou de 23.605 em 31.12.2015 para 22.533 em 31.12.2016, apresentando redução de 1.072 temporários, correspondente a 4,54% do quantitativo existente ao final de 2015;

¹ A Constituição Federal consagrou, no art. 37, inciso II, o concurso público como regra geral para ingresso em cargo ou emprego na administração pública, ressalvada as nomeações para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Entretanto, o legislador constitucional abriu uma exceção no inciso IX do artigo 37, que assim dispõe: “a lei estabelecerá casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público”. Dessa forma, prevendo o surgimento de situações inusitadas em que prevalece o interesse público, tornou possível as *contratações excepcionais para atender necessidade temporária*. Há que se ressaltar que esses *servidores temporários* são contratados para *exercer uma função temporária*, não ocupam cargo ou emprego público.

² Os *empregados públicos* são contratados sob regime de legislação trabalhista e são vinculados ao RGPS. Embora subordinados à CLT, submetem-se às normas constitucionais previstas no capítulo VII, do Título III, da CF, dentre essas, o *ingresso no serviço público por via de concurso*.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

4. A proporção entre o quantitativo de temporários e o de servidores efetivos foi de 25%, em 2016;
5. Do quantitativo total de 2.528 servidores comissionados, em 31.12.2016, 86% (2.176) não possui vínculo com a administração pública. Destaca-se que o quantitativo total de comissionados apresentou um aumento de 4,46%, passando de 2.420 em 31.12.2015 para 2.528 em 31.12.2016;
6. Em relação aos empregados públicos, o quantitativo apresentou redução pouco significativa, de 0,65 %, passando de 7.496 em 31.12.2015 para 7.447 em 31.12.2016.

Por fim, destaca-se a evolução dos quantitativos de servidores efetivos admitidos e aposentados do Poder Executivo no período de 2012 a 2016.

Servidores efetivos admitidos e aposentados do Poder Executivo no período 2012-2016

Servidores Efetivos	2012*	2013*	2014*	2015*	2016**	TOTAL
<i>Admitidos</i>	1.217	2.926	652	1.686	3.640	13.691
<i>Aposentados</i>	3.402	2.938	3.459	2.544	4.289	19.863

Fonte: * Relatório de Contas do Governo do Estado – Exercício 2015³ (Cap. 2, p. xx)

** Ofício SAD 911/2017 – GSAD, Anexo.

Observa-se que, no período de 2012 a 2016, 13.691 servidores ocupantes de cargos efetivos foram admitidos, enquanto 19.863 servidores efetivos foram aposentados.

Em 2013, o quantitativo de servidores efetivos admitidos (2.926) se aproximou do quantitativo de aposentados (2.938). Nos demais exercícios em análise, verifica-se que o quantitativo de servidores efetivos aposentados superou o quantitativo de efetivos admitidos.

2.3 Cargos Efetivos

Em 31.12.2016, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo, existiam 126.201 cargos efetivos criados, 81.390 cargos ocupados e 44.811 cargos vagos.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de cargo efetivo criado, ocupado e vago por órgão e entidade integrante do Poder Executivo do Estado de Pernambuco.

I. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	QUANTITATIVO		
	CARGOS EFETIVOS		
ÓRGÃO	CRIADOS	OCUPADOS	VAGOS
Corpo de Bombeiros	5007	2605	2402
Polícia Militar de Pernambuco	15843	8759	7084

³ Disponível em: <http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/relatorio-de-contas-do-governo>



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

I. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	QUANTITATIVO		
	CARGOS EFETIVOS		
ÓRGÃO	CRIADOS	OCUPADOS	VAGOS
Procuradoria Geral do Estado	569	264	305
Sec. da Controladoria Geral do Estado	180	132	48
Sec. de Saúde	25169	21532	3637
APEVISA	245	115	130
Sec. de Planejamento e Gestão	220	198	22
Sec. Exec. de Ressocialização	1600	1524	76
Sec. da Fazenda	1934	1269	665
Sec. de Administração	350	302	48
Sec. de Defesa Social	11729	5066	6663
Sec. de Educação	44919	26407	18512
Conservatório	95	63	32
Poder Executivo *	1288	1288	0
Cargo em Extinção **	201	201	0
Sub-Total (I)	109.349	69.725	39.624
II. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	QUANTITATIVO		
	CARGOS EFETIVOS		
ÓRGÃO	CRIADOS	OCUPADOS	VAGOS
1. AUTARQUIAS:			
APAC	93	83	10
Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de PE	129	35	94
ATI	218	148	70
Agência CPRH	300	236	64
DER-PE	1864	0	1864
DETRAN	1753	1430	323
IRH	149	149	0
IPEM-PE	220	87	133
JUCEPE	408	99	309
ADAGRO	685	260	425
2. FUNDAÇÕES:			
FUNAPE	231	114	117
FUNASE	163	131	32
FACEPE	112	38	74
FUNDARPE	252	0	252
HEMOPE	759	689	70
UPE	6462	5112	1350
PODER EXECUTIVO *	3054	3054	0
Sub-Total (II)	16.852	11.665	5.187
TOTAL (I+II)	126.201	81.390	44.811

Fonte: Ofício SAD 911/2017 – GSAD e Ofício SAD 745//2017 – SEPRI, Anexos.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Nota: *Cargos integrantes do grupo ocupacional Gestão Pública e Gestão Autárquica Fundacional, não pertencentes a nenhum órgão específico. **Cargos em extinção do Poder Executivo Estadual.

2.3.1 Cargos vagos x Cargos criados: percentual de vacância

O percentual de vacância reflete a proporção entre o quantitativo de cargos vagos em relação ao quantitativo de cargos criados.

No âmbito do Poder Executivo, 6 (seis) órgãos e 8 (oito) entidades apresentavam percentual de vacância acima de 40%, em 31.12.2016, a saber:

- *Corpo de Bombeiro, 47,97% dos cargos criados (5007) estavam vagos (2402);*
- *Polícia Militar de PE, 44,71% dos cargos criados (15843) estavam vagos (7084);*
- *Procuradoria Geral do Estado, 53,60% dos cargos criados (569) estavam vagos (305);*
- *Secretaria de Defesa Social, 56,81% dos cargos criados (11729) estavam vagos (6663);*
- *Secretaria de Educação, 41,21% dos cargos criados (44919) estavam vagos (18512);*
- *Agência Pernambucana de vigilância Sanitária (APEVISA), 53,06% dos cargos criados (245) estavam vagos (130);*
- *Agência Reguladora Serviço Público do Estado de PE, 72,87% dos cargos criados (129) estavam vagos (94);*
- ***Departamento de Estrada e Rodagem de PE (DER-PE), (100%) dos cargos criados (1864) encontravam-se vagos;***
- *Instituto de Pesos e Medidas de PE (IPEM-PE), 60,45% dos cargos criados (220) estavam vagos (133);*
- *Junta Comercial de Pernambuco (JUCEPE), 75,74% dos cargos criados (408) estavam vagos (309);*
- *Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO), 62,04% dos cargos criados (685) estavam vagos (425);*
- *Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco (FUNAPE), 50,65% dos cargos criados (231) estavam vagos (117);*
- *Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), 65,49% dos cargos criados (113) estavam vagos (74);*



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

- ***Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), (100%) dos cargos criados (252) encontravam-se vagos.***

Observa-se um quantitativo significativo de cargos vagos na Polícia Militar (7084), Secretaria de Defesa Social (6.663) e na Secretaria de Educação (18.512). A seguir, no item 2.3.2, serão demonstrados quais são os cargos vagos existentes nestes órgãos.

Chama atenção também a vacância existente no DER (1.864) e na FUNDARPE (252). Nestes órgãos, todos os cargos criados encontram-se vagos.

2.3.2 Quantitativo elevado de cargos vagos em quatro órgãos da Administração Direta

Registra-se que a maior parte dos cargos vagos (80,11%) concentra-se em quatro órgãos da Administração Direta, a saber:

1. Secretaria de Educação (18.512);
2. Polícia Militar (7.084);
3. Secretaria de Defesa Social (6.663);
4. Secretaria de Saúde (3.637).

A tabela a seguir apresenta quais são os cargos vagos existentes com o respectivo quantitativo nos quatro órgãos citados anteriormente.

ÓRGÃO	CARGO	QUANTITATIVO VAGO
Secretaria de Educação	Professor	12.908
	Assistente Administrativo Educacional	2.063
	Auxiliar de Serviços Adm. Educacional	2.104
	Analista em Gestão educacional	1.250
	Professor Interp. Ling. Bras. Sinais	181
	Professor Instr. Ling. Bras. Sinais	88
	Professor Brailista	79
Polícia Militar	Praças	5.980
	Oficiais	672
	Aux. Adm. Em Defesa Social – AXDS	283
	Anal. Tec. Em Defesa social – ANDS	52
	Prof. Quadro Ens. PMPE/SDS-MGDS	53
	Médico	44
Secretaria de Defesa Social	Agente de Polícia	4.948
	Perito Papiloscopista	443
	Delegado	307
	Escrivão de Polícia	283
	Médico Legista	170



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

ÓRGÃO	CARGO	QUANTITATIVO VAGO
	Auxiliar de Perito	160
	Perito Criminal	156
	Auxiliar de Legista	137
	Operador de Telecomunicações	59
Secretaria de Saúde	Assistente em Saúde	1.812
	Auxiliar em Saúde	1.178
	Médico	509
	Analista em Saúde	138

Fonte: Ofício SAD nº 1060/2017 (doc. 31, p. 2)

Conforme o quadro anterior, verifica-se que na Secretaria de Educação existem 12.908 cargos vagos de professor. No entanto, esta secretaria mantinha, em 31.12.2016, 15.943 contratados temporários na função Professor 1, além de 234 na função de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e 77 na função Instrutor de Língua Brasileira de Sinais⁴.

Vê-se que a Secretaria de Educação vem mantendo contratos temporários de professor, bem como de intérprete e instrutor de língua brasileira de sinais quando existem cargos vagos que deveriam ser preenchidos por meio de concurso público.

Na Polícia Militar, o maior quantitativo de cargos vagos é de Praças, 5.980. Registra-se que integra a carreira de praça os soldados, cabos, sargentos e subtenentes.

Por fim, a Secretaria de Defesa Social possui 4.948 vagas não preenchidas de Agente de Polícia, dentre outras, e a Secretaria de Saúde tem nos cargos de Assistente em Saúde e Auxiliar em Saúde um grande quantitativo de vagas não preenchidas.

2.3.3 Evolução do quantitativo de cargos efetivos vagos 2012-2016

O gráfico a seguir evidencia a evolução do quantitativo de cargos efetivos vagos do Poder Executivo no período de 2012-2016.

Ressalta-se que, no período de 2012 a 2016, o quantitativo de cargos vagos aumentou 36,98%, passando de 32.714 em 31.12.2012 para 44.811 em 31.12.2016, conforme evidenciado no gráfico a seguir.

⁴ Informações de contratados temporários enviadas através do Ofício SAD nº 1002/2017 GSAD (Doc. nº 32, p. 3-5).



Fonte: Relatório de Contas do Governo do Estado – Exercício 2015⁵ quanto aos dados de 2012 a 2015. Ofício SAD 745/2017-SEPRI quanto aos dados de 2016.

Vê-se, portanto, a necessidade premente de levantamento, diagnóstico e avaliação da estrutura de recursos humanos e organizacional do Poder Executivo Estadual, consolidando, por conseguinte, um quadro de pessoal efetivo com as atuais necessidades das respectivas Secretarias e Órgãos sem comprometer a qualidade no serviço público prestado.

Ressalta-se que tais recomendações foram sistematicamente encaminhadas nos Pareceres Prévios das Contas do Governo do Estado, relativos aos exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

2.4 Cargos Comissionados

A Administração Pública pode preencher parte de seus cargos por meio do provimento em comissão, restringindo-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do art. 37, inc. V, da CF/88 c/c art. 3º, § 2º, incisos I e II do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco (Lei 6.123/68 e alterações posteriores), *in verbis*:

⁵ Disponível em: <http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/relatorio-de-contas-do-governo>



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Constituição Federal:

Art. 37. *omissis*

V – [...] os *cargos em comissão*, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, *destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento*;

Lei 6.123/68:

Art. 3º. *omissis*

§ 2º - Os cargos de provimento *em comissão* compreendem:

I - *Cargo de direção* e de *chefia* das repartições públicas;

II - *Cargos de assessoramento*, de Chefe de Gabinete e de Oficial de Gabinete; (grifos nossos)

Em relação aos cargos comissionados do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, a lei 15.452, de 15 de janeiro de 2015, fixou em 2.556 o quantitativo de cargos comissionados criados. Em 2016, houve um acréscimo de 28 cargos comissionados, criados através da lei nº 15.836, de 09 de junho de 2016 e da lei nº 15.849, de 22 de junho de 2016. Sendo assim, ao final do ano de 2016 o quantitativo de cargos comissionados do Poder Executivo era de 2.584.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de cargos comissionados do Poder Executivo, ao final de 2016, por símbolo e remuneração.

CARGOS COMISSIONADOS DO PODER EXECUTIVO				
Símbolo	Vencimento	Representação	VALOR	Quantidade
DAS	-	-	10.570,00	27
DAS-1	1.993,32	7.973,30	9.966,62	101
DAS-2	1.461,77	5.847,08	7.308,85	137
DAS-3	1.229,22	4.916,86	6.146,08	156
DAS-4	1.129,55	4.518,20	5.647,75	270
DAS-5	930,22	3.720,87	4.651,09	286
CAS-1	807,29	3.229,18	4.036,47	76
CAS-2	664,44	2.657,77	3.322,21	637
CAS-3	431,89	1.727,55	2.159,44	381
CAS-4	265,78	1.063,11	1.328,89	338
CAS-5	232,56	930,22	1.162,78	175
TOTAL:				2.584

Fonte: Lei estadual 15.452, de 15.01.2015; Lei 15.836, de 09.06.2016 e Lei 15.849, de 22.06.2016.

Registra-se, por fim, a evolução do quantitativo de cargos comissionados no período de 2012 a 2016.

No ano de 2012 foram publicadas diversas leis aumentando o quantitativo de cargos comissionados, alterando a Lei Estadual 14.264, de 06.01.2011, passando de 3.350 ao final de 2011 para 3.538 ao final de 2012.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Em 2013, o quantitativo de cargos comissionados foi alterado por outras leis, destacando a Lei 15.134/2013 que transformou 969 cargos comissionados em funções gratificadas, reduzindo o quantitativo para 2.634 cargos comissionados ao final do ano.

No início de 2014, a Lei 15.225, de 30.12.2013, que entrou em vigor a partir de 01.01.2014, fixou em 2.635 o quantitativo de cargos comissionados criados, sendo depois alterada pela Lei Complementar 293/2014, que extinguiu 2 cargos comissionados, totalizando 2.633 cargos criados ao final do ano.

Em 2015, a lei 15.452, de 15 de janeiro de 2015, alterou o quantitativo de cargos comissionados criados, fixando-o em 2.556 cargos.

Em 2016, houve um acréscimo de 28 cargos comissionados, criados através da lei nº 15.836, de 09 de junho de 2016 e da lei nº 15.849, de 22 de junho de 2016. Sendo assim, ao final do ano de 2016 o quantitativo de cargos comissionados do Poder Executivo era de 2.584.

O gráfico a seguir ilustra a evolução do quantitativo de cargos comissionados no período de 2012 a 2016.



Fonte: Leis 14.264/2011; 15.134/2013; 15.225/2013; 15.452/2015; 15.836/2016 e 15.849/2016.